PROJETO DE LEI Nº /2016
(Do Sr. Vinicius Carvalho)

Estabelece a aplicação das quotas sociais como único critério de seleção para ingresso na educação pública superior e técnica bem como em concursos públicos federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O processo seletivo para ingresso nas instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação e às instituições federais de ensino técnico de nível médio adotará exclusivamente a quota social prevista no Art. 1º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Art. 2º Ficam reservadas 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, nos seguintes termos:

I – candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Ficam revogados o Art. 3º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto 2012 e a lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C A T I V A

Não podemos mais dividir o Brasil entre brancos e negros. A vulnerabilidade social não tem cor. Afinal, no Brasil as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, os marginalizados, são um grupo muito maior e diversificado que apenas o grupo identificado como contendo somente afrodescendentes. Manter esse sistema não soluciona a questão do reconhecimento a essas populações, relatos afirmam que os ânimos se acirraram em instituições onde a cota social foi estabelecida. No que tange aos concursos públicos, como a lei determina a “autodeclaração”, há relatos de candidatos, como no Itamaraty, que conseguiram uma vaga na quota racial, sem fazer jus.

Somos a favor de um critério objetivo que atenda uma maior quantidade de pessoas, e o único método possível é a quota social, de acordo com a renda per capita da família, mesclado, no caso das instituições de ensino, com a formação do ensino médio em escola pública.

Poderíamos aqui também entrar na discussão sobre a miscigenação da população brasileira, sobre a diferença cultural da escravidão neste País, mas são discussões que não enfrentam o verdadeiro problema: como diminuir a desigualdade social em nosso Brasil? Ao nosso ver apenas com a inclusão do maior número de excluídos, e isso se faz com a quota social.

Diante do exposto, peço o apoio aos nobres Parlamentares desta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado VINICIUS CARVALHO (PRB/SP).